

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.950 - SP (2018/0089467-1)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **JOAO SEVERINO DE FIGUEIREDO**
ADVOGADO : **FRANCISCO VIEIRA PINTO JUNIOR - SP305687**
INTERES. : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PENSÃO ESPECIAL DA LEI N. 11.520/2007. OMISSÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. INTERNAÇÃO OU SEGREGAÇÃO SOCIAL COMPULSÓRIA NÃO COMPROVADA. PLEITO INICIAL IMPROCEDENTE.

1. A alegação genérica de omissão, sem demonstração de como ocorreu, atrai a incidência da Súmula 284/STF. Precedentes.
2. A internação compulsória das pessoas atingidas pela hanseníase é exemplo de forte intervenção estatal nos direitos individuais, por ter-se imposto a elas segregação social, inclusive familiar. Esta a razão de haver sido editada a Lei n. 11.520/2007, instituindo a pensão especial para os atingidos pela mão pesada do Estado naquela circunstância.
3. A sentença se fundamentou em documentos que atestavam o curto período de internação (12 dias), a ausência de compulsoriedade e a continuidade de tratamento em centro de saúde, ou seja, não houve imposição de segregação ao ora recorrido.
4. Assim, a premissa da impossibilidade de o tratamento ser realizado sem internação compulsória, adotada pelo Tribunal de origem para reconhecer o direito ao benefício, é equivocada.
5. O Ministério Público Federal manifestou-se no mesmo sentido.
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido para julgar improcedente o pleito inicial e restabelecer a sentença.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer em parte do recurso e, nessa parte, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

